

O processo de difusão da mudança na posição de clíticos
de 3ª pessoa na história do português

The diffusion process of change in the position
of 3th person clitics in the history of portuguese

El proceso de difusión del cambio de posición de clíticos
de 3ª persona en la historia del portugués

Thaís Franco de Paula
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Sueli Maria Coelho
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

César Nardelli Cambraia
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

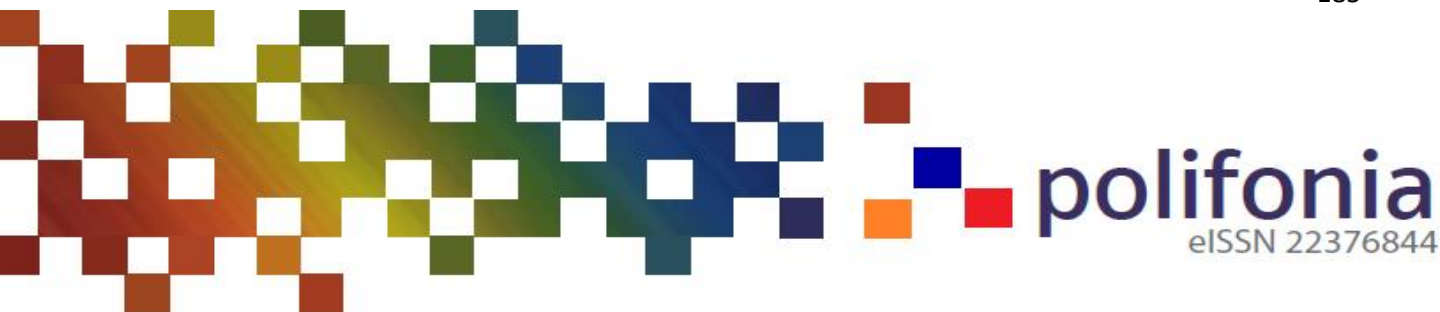
Resumo

No presente estudo, investigou-se a posição dos clíticos de 3ª pessoa na história da língua portuguesa, dando-se ênfase à questão da difusão. Pretendeu-se avaliar se a difusão da mudança foi sensível a dois fatores: um formal e outro funcional. Do ponto de vista teórico, este estudo se baseou no modelo variacionista e no conceito de difusão sintática. O *corpus* foi constituído de dados extraídos de textos dos sécs. XVI a XXI, no gênero textual crônica. Foram testadas duas hipóteses, que foram confirmadas: (a) as mudanças na posição dos clíticos de 3ª pessoa se iniciaram nas formas com menor saliência formal; e (b) essas mudanças se iniciaram na função de partícula pronominal. Argumentou-se complementarmente que o português brasileiro não apresentou manutenção dos padrões do português clássico, uma vez que terá avançado mais intensamente no processo de preferência por próclise até o séc. XVIII, com frequência superior à do séc. XVI.

Palavras-chave: Linguística Histórica; Difusão; Clítico; Sintaxe; História da Língua Portuguesa.

Abstract

In the present study, the position of clitics of 3rd person in the history of Portuguese Language was investigated, with emphasis on the issue of diffusion. It was intended to evaluate whether the diffusion of the change was sensitive to two factors: a formal and a functional one. From a theoretical point of view, this study was based on the variationist model and on the concept of syntactic diffusion. The corpus was made up of data extracted from texts from the 16th to 21st century, in the textual genre of chronicle. Two hypotheses were tested, which were confirmed: (a) the changes in the position of clitics of 3rd person started in the forms with the least formal salience; and (b) these changes started in the function of pronominal particle. It was further argued that Brazilian Portuguese did not maintain the patterns of classical



Portuguese, since it has advanced more intensely in the process of preference for proclisis until the 18th century, with a higher frequency than of the 16th century.

Keywords: Historical Linguistics; Diffusion; Clitic; Syntax; History of Portuguese Language.

Resumen

En el presente estudio se investigó la posición de los clíticos de tercera persona en la historia de la lengua portuguesa, con énfasis en el tema de la difusión. Se buscó evaluar la sensibilidad de la difusión del cambio frente a dos factores: uno formal y otro funcional. Desde un punto de vista teórico, este estudio se basó en el modelo variacionista y en el concepto de difusión sintáctica. El corpus fue compuesto por datos extraídos de textos de los siglos XVI a XXI, en el género textual de la crónica. Se probaron dos hipótesis, que fueron confirmadas: (a) los cambios en la posición del clítico en tercera persona fueron observados en las formas con menor prominencia formal; y (b) estos cambios fueron observados en la función de la partícula pronominal. Se argumentó, además, que el portugués brasileño no mantuvo las normas del portugués clásico, ya que habrá avanzado más intensamente en el proceso de preferencia por la proclisis hasta el siglo XVIII, con frecuencia superior a la del siglo XVI.

Palabras clave: Lingüística histórica; Difusión; Clítico; Sintaxis; Historia de la Lengua Portuguesa.

Introdução

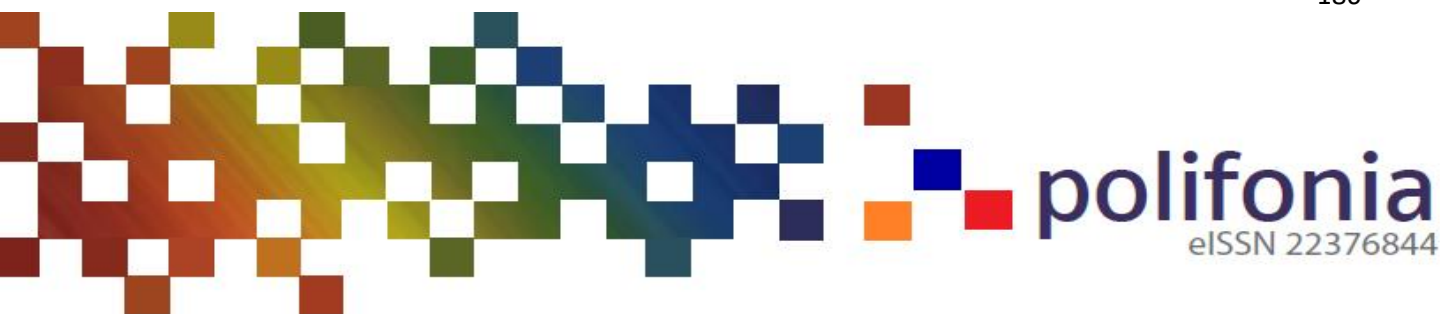
Quando a língua portuguesa chegou ao Brasil com os primeiros colonizadores no início do século XVI, a posição dos seus clíticos pronominais já havia passado por um primeiro processo de mudança em terras europeias (de tendência proclítica para enclítica), conforme demonstram os trabalhos de Salvi (1990) e de Martins (1994). As mudanças pelas quais esses itens passaram na língua e a divergência da posição assumida por eles nas variedades europeia e brasileira foram objeto de inúmeros estudos, em diferentes perspectivas teóricas, mas continuam sendo um tema que demanda aprofundamento, em função de sua complexidade.

No presente estudo, enfoca-se um aspecto específico dessa questão: a difusão nos diferentes processos de mudança entre os sécs. XVI e XXI. Pretende-se avaliar se, nesses processos, a difusão da mudança foi sensível a dois fatores: um formal e outro funcional.

1. A posição do clítico na história da língua portuguesa: estado da questão

No Brasil, as primeiras discussões sobre a questão pronominal se deram por vias normativistas/pedagógicas¹. Segundo Gurgel (2008), a questão pronominal começou a

¹ Uma coletânea com esses textos foi editada por Pinto (1978).

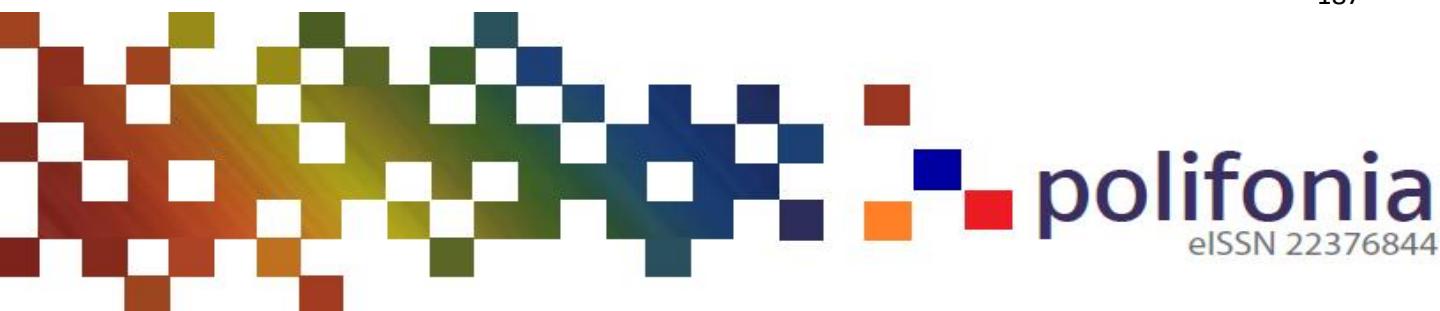


movimentar-se no Brasil com a reação de Caetano (1881, p. 3-11 e 17) às regras propostas por Barreiros (1880, p. 71-83). Nesse texto, Barreiros (1880) se propõe a “descobrir, com uma grande dose de paciência, em livros de autores reconhecidamente correctos, as regras que me parece não vem em alguma grammatica” (p. 72). Barreiros (1880) indica que tal intento seria feito a partir do estudo comparativo de obras da literatura portuguesa e brasileira. No entanto, como analisou Paula (2019), dentre os exemplos das regras propostas pelo autor, apenas dois, entre cerca de três dezenas, eram de escritores brasileiros, e nenhum deles pertencia a autores do romantismo, como José de Alencar, que defendiam a autonomia da língua nacional naquele período. Segundo Paula (2019), é preciso lembrar que o ensaio crítico feito por Chagas (1867, p. 212-224) a respeito da colocação pronominal de José de Alencar na obra *Iracema* e a resposta dada por este na 2ª edição de sua obra (ALENCAR, 1870) evidenciam que a discussão a respeito da colocação pronominal no Brasil é pelo menos uma década mais antiga do que propôs Gurgel (2008). Mesmo hoje, mais de cem anos depois do início das discussões e das primeiras propostas de prescrição para a colocação dos clíticos pronominais, as gramáticas normativas usadas no Brasil ainda reproduzem regras que são próprias da variedade europeia, apesar de os avanços dos estudos linguísticos nessa área evidenciarem as diferenças na posição dos clíticos no português de Portugal e do Brasil.

Trabalhos posteriores, na perspectiva diacrônica, como os de Salvi (1990) e de Martins (1994) para o português europeu (doravante PE) e o de Pagotto (1992) para o português brasileiro (doravante PB), descreveram o percurso da mudança e as tendências no português ao longo dos séculos. O resultado desses trabalhos foi sistematizado por Castilho (2010) nas tabelas apresentadas a seguir:

Tabela 1 - Colocação dos clíticos no português europeu

Colocação dos clíticos segundo Salvi (1990)									
	1267-1348	1425-1450	1510-1520	1550-1600	1655	1727	1746	1846	1878
Próclise	29%	50%	61%	100%	57%	81%	49%	10%	5%
Ênclise	71%	50%	39%	0%	43%	19%	51%	90%	95%
Colocação dos clíticos no português arcaico segundo Martins (1994)									
	1250-99	1300-49	1350-99	1400-49	1450-99	1500-50			



Próclise	6,7%	18,8%	37,8%	71,4%	94,4%	100%
Ênclise	93,3%	81,2%	62,2%	28,6%	5,6%	0%

Fonte: Adaptado de Castilho (2010, p. 484).

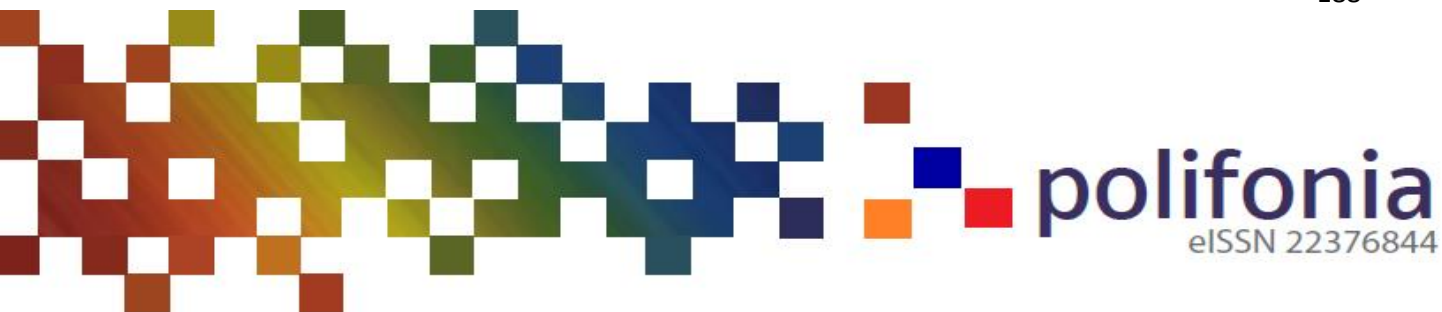
Tabela 2 - Colocação dos clíticos no PB segundo Pagotto (1992, p. 69)

	1530-1550	1551-1599	1600-1650	1650-1699	1700-1750	1751-1799	1800-1850	1851-1899	1900-1950	1951-1992
Próclise	83%	84%	92%	88%	85%	85%	89%	55%	29%	46%
Ênclise	17%	16%	8%	12%	15%	15%	11%	45%	71%	54%

Fonte: Castilho (2010, p. 485).

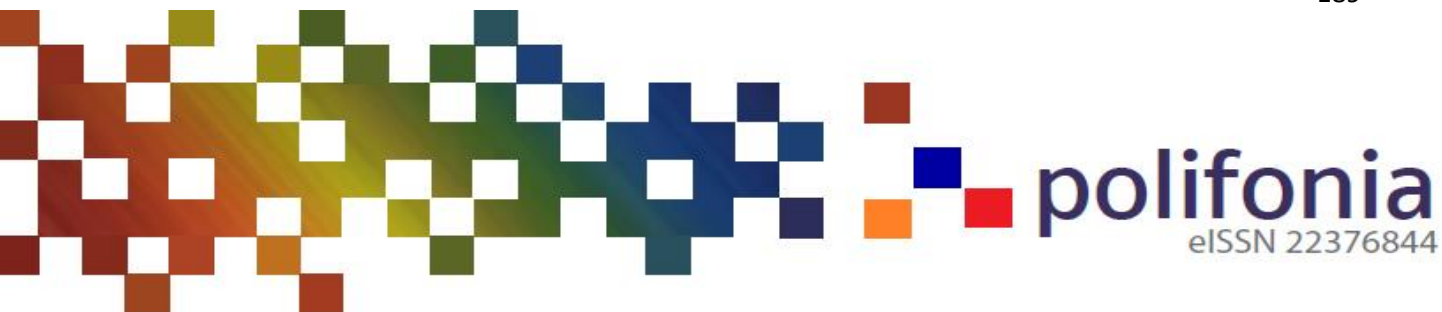
Esses trabalhos mostram que, antes de chegar ao Brasil, o português, com tendência enclítica até o séc. XIV, começou a passar por uma mudança rumo à tendência proclítica no séc. XV, a qual se consolidou no séc. XVI. Os dados de Salvi (1990) mostram que, a partir do século seguinte, o PE começa um caminho de volta à tendência enclítica, diminuindo suas porcentagens de próclise, e assim permanece. Enquanto isso, o PB continua tendendo à próclise até o séc. XIX. O estudo de Paula (2019) também confirma esse caminho no PB e apresenta dados até o séc. XXI, os quais mostram a volta à tendência proclítica no PB escrito, após os sécs. XIX e XX apresentarem um padrão de tendência enclítica. Paula (2019) interpreta a tendência enclítica do PB nos sécs. XIX e XX com base em Pagotto (1998), o qual mostrou a forte influência do processo de implantação da norma culta no projeto político de nação das elites brasileiras no séc. XIX. Assim, para Paula (2019), essa influência atuou como um relevante fator social no sistema linguístico do PB, camuflando, nos textos escritos, a tendência proclítica do falante brasileiro, a qual volta a aparecer nos textos do séc. XXI.

Uma das contribuições do trabalho de Pagotto (1992) foi constatar a semelhança do PB atual com o português clássico. Para ele, a posição dos clíticos pronominais em sentenças raiz do português clássico tinha um padrão muito parecido com o do PB atual. Tal fato levou Paula (2019) a levantar a hipótese de que a posição dos clíticos pronominais hoje no PB não é resultado de uma mudança linguística que ocorreu em terras brasileiras, mas sim um fenômeno de retenção linguística que aqui preservou as características do português clássico (tema que será retomado nas discussões do presente estudo).



Sob diversas abordagens teóricas, esses trabalhos buscam explicações para as mudanças pelas quais os clíticos pronominais passaram e para suas motivações. Na abordagem gerativa, além do trabalho de Pagotto (1992) e de Martins (1994), Galves *et al.* (1990, 2005, 2009, 2017) também se dedicaram ao tema. Nessa abordagem, a posição ocupada pelos clíticos é vista como resultado de possíveis movimentos que verbos, clíticos, sujeitos e outros elementos sofrem nas sentenças. Galves (2017), p. ex., ao analisar a mudança entre o português clássico e o PE, relaciona a mudança na posição dos clíticos com a mudança na posição dos sujeitos. A pesquisadora propôs que a mudança na posição dos clíticos teve uma importante relação com a reanálise de sentenças SV como tendo uma ordem SVO subjacente, o que resultou na mudança da posição dos sujeitos no português. Galves (2017) acredita que a mudança de uma gramática do tipo V2 para uma gramática SVO é resultante de uma mudança prosódica que ocorreu no séc. XVII e que também afetou a posição do clítico pronominal. Ela mostra que, enquanto há, nos textos dos autores portugueses da primeira geração do séc. XVIII, a redução do fenômeno V2, há o aumento da ênclise em todos os contextos em que havia variação entre próclise e ênclise no português clássico.

Em abordagem teórica diferente, Paula (2019), baseada na sociolinguística variacionista e na linguística funcional centrada no uso, analisou o tema a partir do pressuposto de que a organização estrutural das formas linguísticas é motivada por fatores de natureza diversa: estruturais, sociais, históricos e cognitivos. Para entender a mudança da posição dos clíticos no PE e no PB, Paula (2019) considerou o tipo de oração como um possível fator condicionador da posição dos clíticos, constatando que apenas nas orações subordinadas os clíticos exibiram maior estabilidade, aparecendo em posição proclítica predominante ao longo de todos os séculos. Nesse estudo, verificou ainda que as orações subordinadas eram mais frequentes e que o clítico *se* apresentou frequência superior às demais formas. Para Paula (2019), a mudança de ênclise predominante para próclise de forma geral no PE teria sido resultante da influência de mudança mais ampla na fonologia do PE (mudança na natureza das vogais átonas), ocorrida no séc. XVIII, mudança que não se verificou no sistema fonológico do PB. Além disso, Paula (2019)



interpretou que os padrões de posição dos clíticos do PE passaram a influenciar os do PB em favor da ênclise devido à atuação da força do fator social da normatização durante o séc. XIX. Cessada a influência desse fator social nos séculos seguintes, a tendência proclítica do PB voltou a se fazer visível nos textos de autores brasileiros.

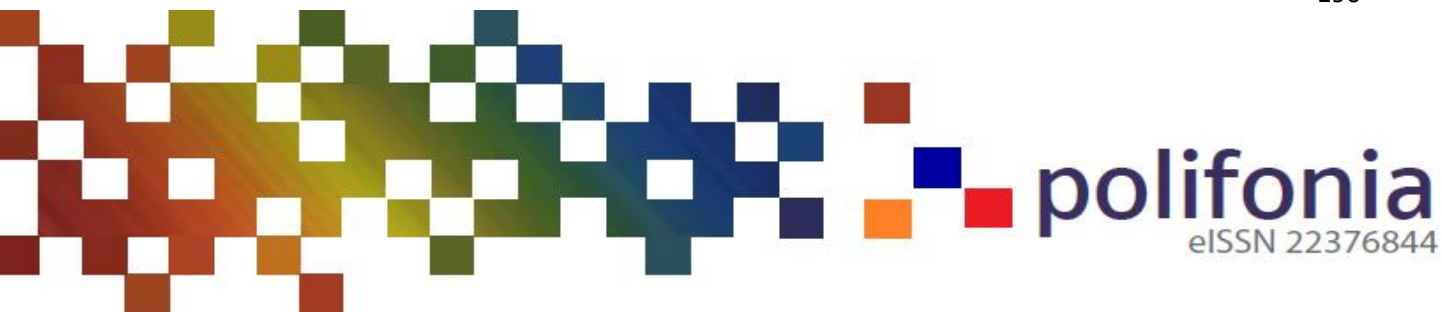
2. A questão da difusão na mudança linguística

Em seu trabalho sobre os fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (1968) organizam a discussão em termos de problemas a serem resolvidos:

- a) Problema da *restrição*: determinação do conjunto de mudanças possíveis e das condições possíveis para a mudança;
- b) Problema da *transição*: determinação do estágio interveniente que define o caminho pelo qual a estrutura *A* passa para a estrutura *B*.
- c) Problema do *encaixamento*: determinação do encaixamento da mudança na estrutura linguística e na estrutura social;
- d) Problema da *avaliação*: determinação dos correlatos subjetivos de avaliação que são impostos sobre o processo contínuo de mudança linguística; e
- e) Problema da *implementação*: determinação dos fatores que influenciam a mudança linguística.

No âmbito do problema da implementação, desenvolveram-se diferentes modelos para dar conta da questão, sendo os mais proeminentes o modelo *neogramático*, segundo o qual a mudança fônica ocorre de forma foneticamente gradual e lexicalmente abrupta, e o modelo da *difusão lexical*, de acordo com o qual a mudança fônica se realiza de forma foneticamente abrupta e lexicalmente gradual. Embora esses modelos tenham se constituído tendo em conta a mudança fônica, a questão foi posteriormente discutida levando-se em conta outros níveis da estrutura linguística.

Considerando a questão da implementação, Naro e Lemle (1977) defenderam a existência da chamada *difusão sintática*. Nesse estudo, demonstraram que a frequência da concordância entre o sujeito e o verbo estava diretamente relacionada com o grau de



diferença que havia na forma verbal em função da concordância com o sujeito (ou seja, sua saliência). A concordância foi menor com verbos que, no plural, não se diferenciavam tanto da sua forma no singular, como *fala/falam*, ao contrário de *é/são*. Esse estudo concluiu que as mudanças sintáticas tendem a se manifestar mais frequentemente em circunstâncias menos salientes ou notáveis.

2.1. A difusão na mudança da posição dos clíticos de 3ª pessoa

No presente estudo pretende-se avaliar a influência sobre as mudanças na posição dos clíticos considerando dois fatores: um formal e outro funcional.

Primeiramente, é necessário chamar a atenção para o fato de que os clíticos de 3ª pessoa (doravante C3P) no português, que são o objeto deste estudo, não apresentam unicidade formal: há dois tipos de variação formal entre esses clíticos. Uma primeira variação está na alomorfia que apresentam as formas que desempenham função de objeto direto não reflexivo: masc. *o(s) ~ no(s) ~ lo(s)* e fem. *a(s) ~ na(s) ~ la(s)*. Vê-se, em primeiro lugar, que apresentam variação em função de *gênero* (masculino × feminino). Além disso, apresentam variação em função da *posição em relação ao verbo*. A segunda forma dessa série ocorre quando, em posição enclítica, o pronome se segue a verbo terminado em nasal; e a terceira, quando se segue a verbo terminado em *-s*, *-z* ou *-r*. Já a primeira forma ocorre nos demais contextos de ênclise e em todos os de próclise. Essa alomorfia em função de gênero e de posição, no entanto, não atinge as formas que desempenham função de objeto direto reflexivo — *se* (para singular ou plural) — ou de objeto indireto — *lhe(s)*. Com base nessa diferença, pode-se argumentar que *as formas de objeto direto não reflexivo são mais salientes*, justamente porque apresentam alomorfia em função da posição. Uma segunda variação formal entre os clíticos diz respeito à questão do *número* (singular × plural), pois, enquanto a forma de objeto direto reflexivo não apresenta variação em relação a isso, todas as demais o fazem. Sendo assim, pode-se dizer que a forma de objeto direto reflexivo é a menos saliente do conjunto, pois não apresenta variação em função do número. Articulando essas duas análises, é possível então estabelecer uma *gradação em termos de saliência formal*:



(a) *saliência alta* (variação formal em função de gênero, número e posição): $o(s)$
 $\sim no(s) \sim lo(s)/a(s) \sim na(s) \sim la(s)$;

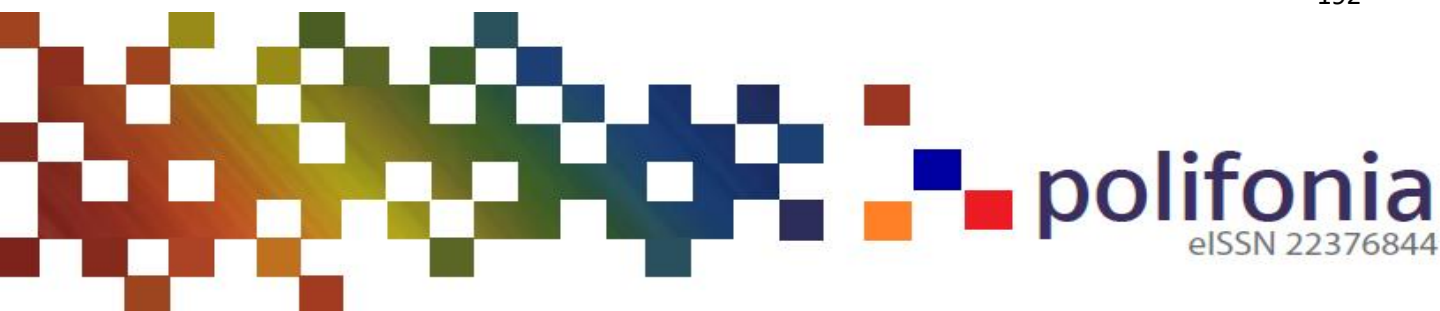
(b) *saliência média* (variação formal em função de número): $lhe(s)$;

(c) *sem saliência* (sem variação formal em função de gênero, número ou posição):
se.

Levando-se em conta a teoria da difusão da mudança em função de saliência, é de se esperar então que a mudança na posição dos clíticos tenha começado com a forma sem saliência, tenha se difundido para as com saliência média, atingindo, por fim, aquelas com alta saliência.

Pagotto (1992) considerou o clítico dativo mais saliente do que o acusativo: “um clítico como *lhe* é muito mais saliente do que um clítico como *o*” (p. 85). O pesquisador parece ter considerado apenas a saliência da forma básica dos clíticos, sem considerar a saliência que as formas de acusativo apresentam em função da variação de gênero, número e posição em relação ao verbo. Além disso, não era interesse de Pagotto (1992) apresentar uma escala de saliência dos clíticos e relacioná-la com a difusão da mudança. Ao observar a frequência de próclise e de ênclise de cada um dos clíticos, concluiu que, de modo geral, as tendências de cada período se mantiveram e houve apenas algumas alterações em alguns intervalos de tempo. Considerou que essas alterações deveriam estar relacionadas a outros fatores como a posição do verbo na sentença e concluiu que o processo de mudança afetou todos os clíticos igualmente de modo que o peso de cada um não foi suficientemente forte para impedi-la ou para retardá-la.

Na síntese acima, fez-se uma simplificação na descrição das funções desempenhadas pelos clíticos de terceira pessoa, a fim de tornar a exposição circunscrita ao aspecto em discussão. É necessário agora considerar mais detalhadamente a questão da função. Por um lado, as formas $o(s) \sim no(s) \sim lo(s)/a(s) \sim na(s) \sim la(s)$ podem desempenhar, de fato, no português apenas a função de *objeto direto não reflexivo*, como assinalado. Entretanto, as demais formas podem desempenhar mais de uma função. No que se refere a $lhe(s)$, constata-se seu uso no português com três funções: *objeto indireto*, como já mencionado; *adjunto adnominal*, na nomenclatura da gramática tradicional



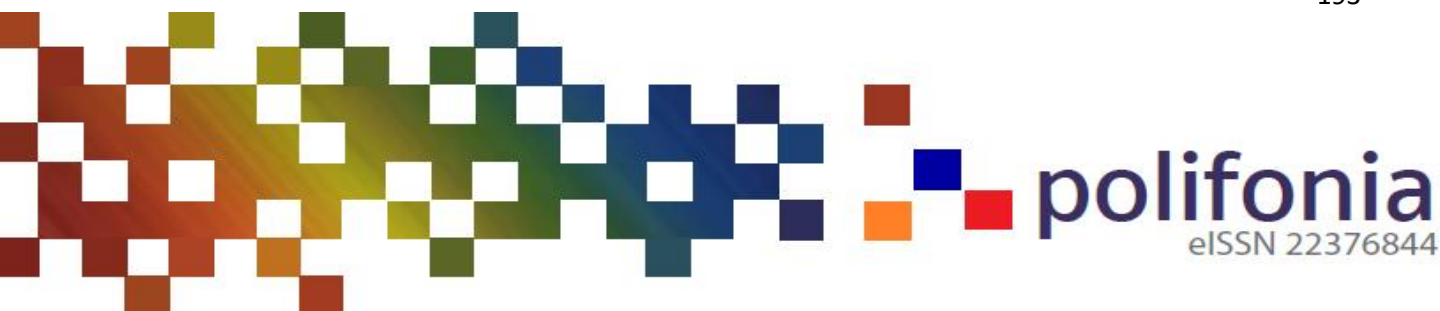
(basicamente marcador de posse); e ainda *complemento nominal*. Quanto ao *se*, o leque de função é mais amplo: além da função de *objeto direto reflexivo*, há também as de *apassivador* (com verbos transitivos diretos), de *indeterminador* (com verbos transitivos indiretos ou intransitivos) e de *partícula pronominal*. Vejam-se exemplos abaixo retirados do *corpus*² da presente pesquisa³:

- (01) Apertei o botão em cima do celular mas não tempo o bastante pra desligá-*lo*. (PSF, p. 140) [Objeto direto não reflexivo]
- (02) Procurei em vão pelo nome do autor, para *lhe* escrever uma carta. (PSF, p. 143) [Objeto indireto]
- (03) Devorei o cartapacio e desde logo fiz tenção de o tirar a lume, espanando-*lhe* de leve as roupagens do estylo, que me pareceram um tanto poentas. (GM, p. XVII) [Adjunto adnominal]
- (04) Iam pensar: esse daí *se* jogou na frente do carro só pra virar nome de rua. (PSF, p. 101) [Objeto direto reflexivo]
- (05) Em briga de marido e mulher, *se* chama a polícia. (PSF, p. 103) [Apassivador]
- (06) Trata-*se* de uma arma e ele sabia disso melhor que ninguém. (PSF, p. 144) [Indeterminador]
- (07) Antes do episódio, personagens de novela *se* referiam ao Google como um “site de busca”. (PSF, p. 42) [Partícula pronominal]

Levando em conta esses fatos, é possível aventar a hipótese de que a difusão da mudança na posição dos C3P deva ter seguido um caminho específico em termos de função. Dentre as funções acima elencadas, há uma que se destaca: a de partícula pronominal. Trata-se de uma função em que o C3P não apresenta propriamente uma carga informacional, sendo basicamente um apêndice que tem como principal característica estar intrinsecamente ligado ao sujeito por meio de concordância. Embora o objeto direto reflexivo também esteja ligado ao sujeito pela concordância, nesse caso expressa a noção de paciente da ação descrita pelo verbo, o que não acontece com a partícula pronominal. Portanto, como é justamente na função de partícula pronominal que o C3P veicula menos

² As siglas do *corpus* serão apresentadas mais adiante na seção de metodologia.

³ Não se constatou no *corpus* desta pesquisa dado de clítico na função de complemento nominal, por isso apresenta-se aqui um dado extraído de obra não pertencente a este *corpus*, para mera ilustração: “(...) todo e qualquer material foi-*lhe* útil para tal fim.” (LIMA BARRETO, 2001).



informação, é possível que tenha sido nela em que as mudanças na posição dos clíticos tenham se iniciado e se difundido para as demais.

3. Hipóteses de trabalho

Com base nas questões apresentadas nas seções anteriores, aventam-se as seguintes hipóteses:

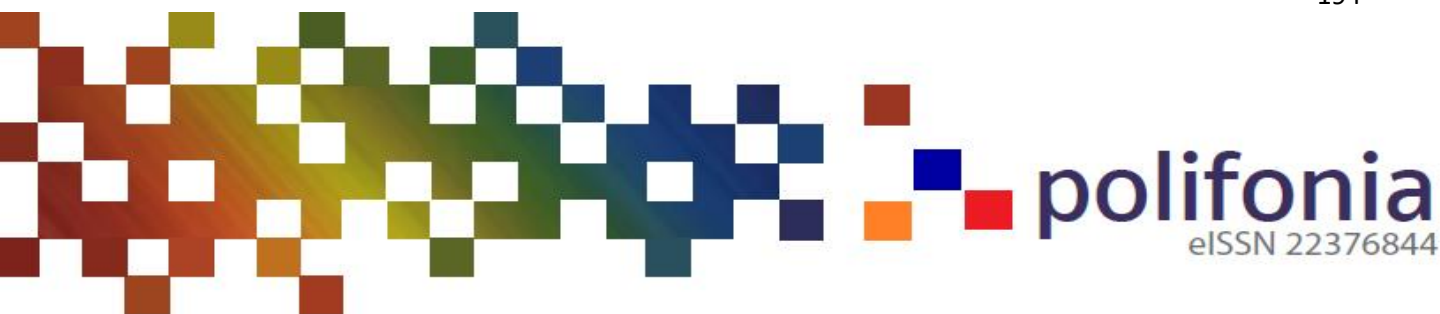
- (i) as mudanças na posição dos C3P se iniciaram nas formas com menor saliência formal; e
- (ii) as mudanças na posição dos C3P se iniciaram na função de partícula pronominal.

Embora, em ambas as hipóteses, as mudanças tenham se iniciado com a forma *se* (sem saliência e a única de 3ª pessoa que desempenha a função de partícula pronominal), essas hipóteses não são equivalentes, já que o clítico de menor saliência formal (*se*) pode desempenhar outras funções além de partícula pronominal.

4. Metodologia

Coletaram-se as 100 primeiras ocorrências de C3P em obras do gênero narrativo (especialmente crônica) da 2ª met. de cada século (exceto para o séc. XXI), priorizando-se autores que passaram tempo no Brasil (itens *a* e *b*) ou que nasceram no Brasil (itens *c* a *f*), conforme enumerado a seguir:

- a) Séc. XVI: *História da Província de Santa Cruz* (1576), Pero de Magalhães Gândavo (Portugal, c.1540-c.1580) [= HPSC];
- b) Séc. XVII: *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que Obrarão seus Filhos nesta Parte do Novo Mundo* (1663), Simão de Vasconcellos (Portugal, 1597-1671) [= CCJ];



c) Séc. XVIII: *Narração dos Applausos* (1775) e *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, e Notícia do seu Melhoramento* (1779), Domingos Caldas Barbosa (Brasil [RJ], c.1739-1800)⁴ [= NA e DGQ];

d) Séc. XIX: *Guerra dos Mascates: Chronica dos Tempos Coloniaes* (1871), José de Alencar (Brasil [CE], 1829-1877) [= GM];

e) Séc. XX: *De notícias & não notícias faz-se a crônica: histórias - diálogos - divagações* (1974), Carlos Drummond de Andrade (Brasil [MG], 1902-1987) [=NNN]; e

f) Séc. XXI: *Put some farofa* (2014), Gregório Duvivier (Brasil [RJ], 1986-...) [=PSF]⁵.

Coletaram-se os C3P apenas em orações com verbo único, a fim de limitar os contextos de análise, já que orações com mais de um verbo apresentam comportamento singular, exigindo estudo mais particularizado e com *corpus* bem mais amplo.

Uma análise preliminar permitiu verificar que certas categorias apresentaram dados de forma muito inconstante ao longo dos séculos analisados, o que impediria sua análise de forma seriada. Em função disso, não fizeram parte das 100 ocorrências deste estudo os casos de dado⁶:

(a) com mesóclise⁷;

(b) com aglutinação⁸;

(c) em oração introduzida por *eis*⁹;

(d) em orações interrogativas, exclamativas e imperativas¹⁰; e

(e) na função de adjunto adnominal e indeterminador¹¹.

⁴ O primeiro texto apresentou apenas 86 ocorrências, por isso a coleta foi complementada com outro texto do mesmo autor.

⁵ Para este texto, encontraram-se apenas 98 ocorrências de C3P segundo os critérios adotados.

⁶ Os casos abaixo, cujas ocorrências são informadas em nota, se referem à faixa do texto em que estão distribuídas as 100 primeiras ocorrências de C3P que fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

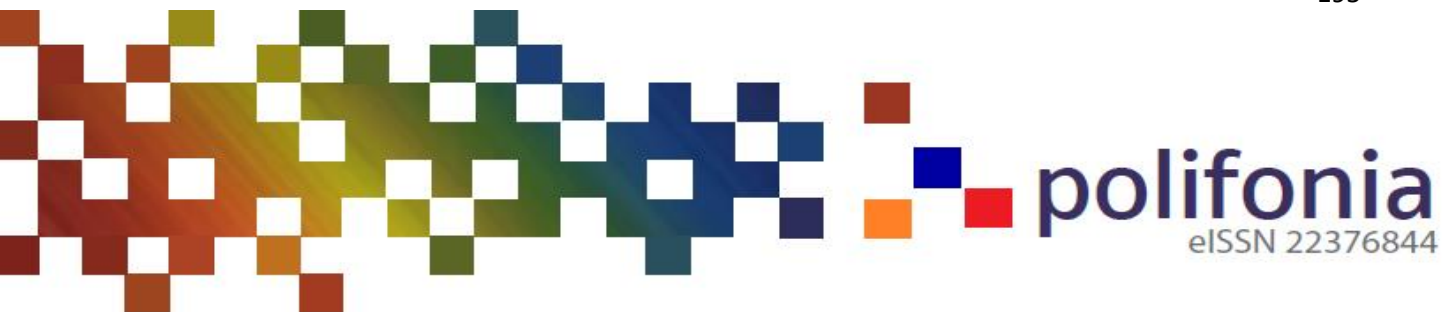
⁷ Mesóclise: 2 no séc. XVIII, 1 no séc. XIX e 1 no séc. XX, todos com verbo na posição inicial da oração (mas não necessariamente na posição inicial absoluta, ou seja, início do período de que a oração faz parte).

⁸ Aglutinação: 1 de *lha* no séc. XVII.

⁹ *Eis*: 1 no séc. XX.

¹⁰ Interrogativas: 1 no séc. XIX e 18 no séc. XX; exclamativas: 1 no séc. XX; e imperativas: 4 no séc. XVI, 1 no séc. XVII e 1 no séc. XX.

¹¹ Adjunto adnominal: 1 no séc. XVI, 3 no séc. XVIII, 4 no séc. XIX e 1 no séc. XX; indeterminador: 2 no séc. XVI, 1 no séc. XVIII, 3 no séc. XIX, 3 no séc. XX e 11 no séc. XXI.



A eliminação dos dados nas funções de adjunto adnominal e de indeterminador, embora certamente limitante, não impede a avaliação das hipóteses propostas, porque outras funções foram representadas nos dados.

Ao todo, portanto, o *corpus* do presente estudo ficou constituído de 598 dados.

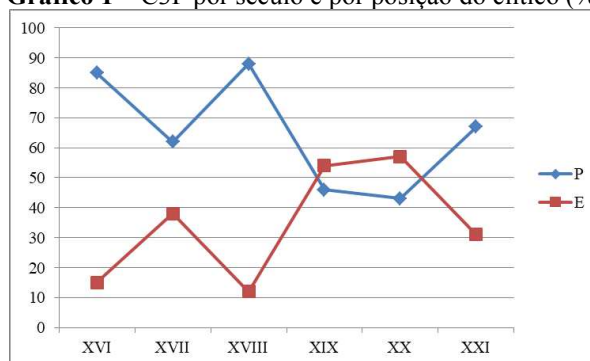
5. Descrição e discussão dos dados

Para se ter uma visão geral da distribuição dos dados coletados, apresenta-se inicialmente uma quantificação por século e por posição do clítico (**P** = Próclise, **E** = Ênclise):

Tabela 3 – C3P por século e por posição do clítico

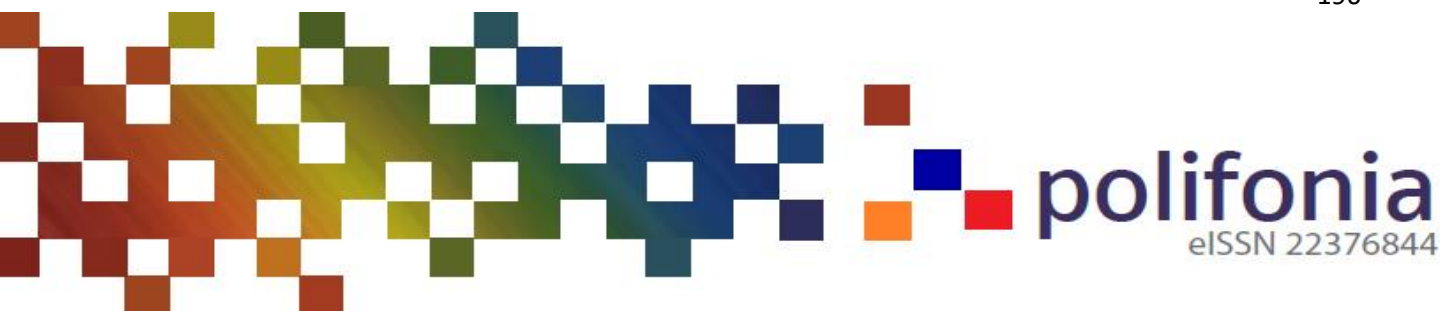
	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
P	85 (85%)	62 (62%)	88 (88%)	46 (46%)	43 (43%)	67 (68%)
E	15 (15%)	38 (38%)	12 (12%)	54 (54%)	57 (57%)	31 (32%)
Total	100 (100%)	100 (100%)	100 (100%)	100 (100%)	100 (100%)	98 (100%)

Gráfico 1 – C3P por século e por posição do clítico (%)



Com base nos dados, verifica-se um movimento de diminuição de próclise entre os sécs. XVI e XX e posteriormente seu aumento entre os sécs. XX e XXI, duplo processo já atestado por Pagotto (1992).

Chama a atenção também o fato de haver um “ponto fora da curva” no processo de diminuição de próclise entre os séculos XVI e XX: trata-se dos dados do séc. XVIII,



que, em vez de apresentarem queda em relação aos do século precedente, apresentaram aumento, exibindo o maior percentual de próclise de todo o período. Se a diminuição seguisse um padrão linear e regular, seria de se esperar aproximadamente 54% de próclise, mas ocorrem 88%.

Antes de testar as hipóteses de trabalho deste estudo, convém dar tratamento particularizado aos dados em que se fizeram presentes fatores que atuaram de forma quase categórica ao longo do período estudado.

Um primeiro fator é a presença de *elemento de negação* (como *não, ninguém, jamais, nunca, nem*, etc.), que atua como favorecedor de próclise.

Tabela 4 – C3P por século, por presença de elemento de negação e por posição do clítico

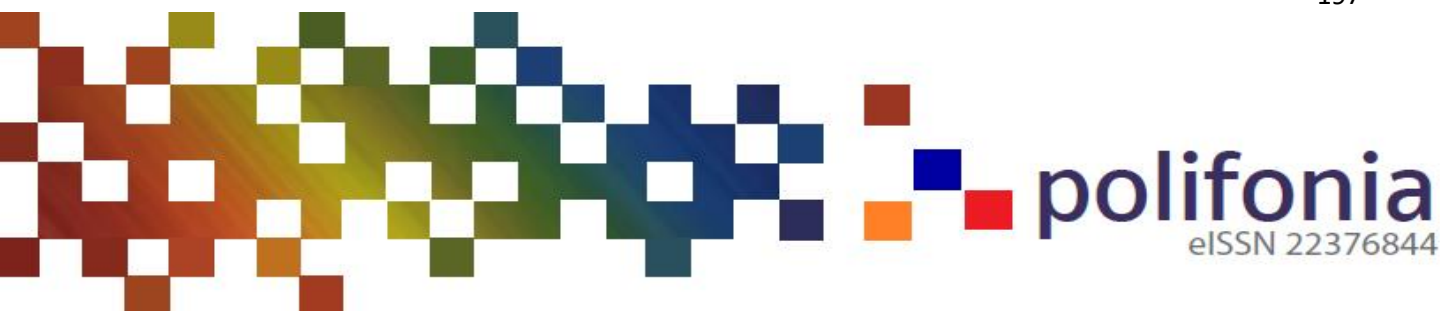
		XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Presente	P	4 (100%)	6 (86%)	5 (100%)	9 (100%)	6 (86%)	7 (100%)
	E	—	1 (14%)	—	—	1 (14%)	—
Ausente	P	81 (84%)	56 (60%)	83 (87%)	37 (41%)	37 (40%)	60 (66%)
	E	15 (16%)	37 (40%)	12 (13%)	54 (59%)	56 (60%)	31 (34%)
Total		100	100	100	100	100	98

Os dados da tabela 4 confirmam o fato de a presença de elemento de negação atuar indiscutivelmente como favorecedora de próclise. Há, no entanto, duas ocorrências em todo o *corpus* com ênclise em sentença com elemento negativo, sendo uma no séc. XVII e outra no séc. XX:

(08) Verdade he, que com mais larga volta, se avistão mais ao interior da terra; *naõ* encõtrandose agoas com agoas, mas avistandose tanto ao perto, que distaõ sómente duas pequenas legoas: donde com facilidade os que navegão corrête assima de hũ destes rios, levando as canóas às costas aquella distância entreposta, tornaõ a navegar corrente abaixo do outro: & esta he a volta, com que abarcaõ estes dous grãdes rios duas mil legoas de circuito. (CCJ, f. 21r)

(09) O sr. Borges não deu sinal de aceitar a tese da sra. Borges *nem* de repeli-*la*, e a explanação de sua esposa prosseguiu: (...). (NNN, p. 48)

É interessante notar que, em ambas as ocorrências, tem-se forma verbal nominal (gerúndio e infinitivo, respectivamente), o que sugere que tais formas tendem a favorecer a posição enclítica. Enquanto na ocorrência do séc. XVII, a ênclise ocorre em um cenário em que a próclise é predominante de forma geral (cf. 62% na tabela 3), o que é



surpreendente, na do séc. XX ela ocorre quando a ênclise é predominante de forma geral (cf. 57% na tabela 3), o que de certa forma é compreensível, dada a tendência enclítica hegemônica.

Um segundo fator, com ação categórica neste caso, é a ocorrência do *verbo na posição inicial absoluta* (ou seja, em início de período), que atua como um favorecedor de ênclise, conforme atestam os dados dispostos na tabela 5.

Tabela 5 – C3P por século, por posição do verbo e por posição do clítico

		XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
Inicial absoluta	P	—	—	—	—	—	—
	E	2 (100%)	9 (100%)	6 (100%)	7 (100%)	12 (100%)	10 (100%)
Inicial não absoluta	P	—	1 (5%)	3 (50%)	2 (13%)	—	1 (20%)
	E	3 (100%)	18 (95%)	3 (50%)	13 (87%)	8 (100%)	4 (80%)
Não inicial	P	85 (89%)	61 (85%)	85 (97%)	44 (56%)	43 (54%)	66 (80%)
	E	10 (11%)	11 (15%)	3 (3%)	34 (44%)	37 (46%)	17 (20%)
Total		100	100	100	100	100	98

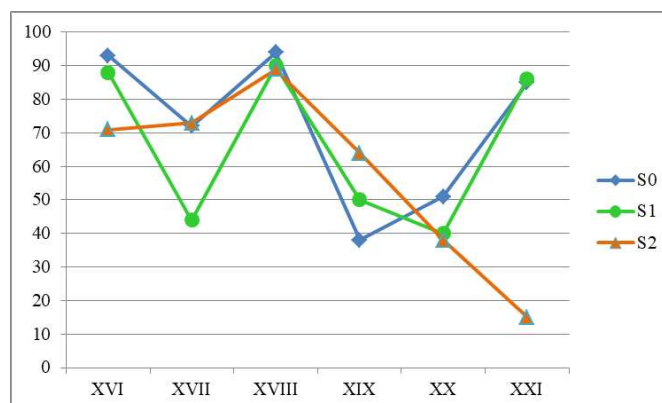
Em função do peso que esses dois fatores apresentam em termos de determinação da posição do clítico, foi necessário separá-los da análise, porque ofuscariam a percepção da atuação de outros fatores e, em especial, dos dois aspectos que são o cerne deste estudo: a saliência formal e a função. Foram, portanto, excluídos dos próximos passos da análise os 39 dados com presença de elemento de negação e os 46 dados de verbo em posição inicial absoluta.

Isso posto, a primeira hipótese a ser testada é de que as mudanças na posição dos C3P se iniciaram nas formas com menor saliência formal. Prevê-se que as mudanças de próclise para ênclise e em seguida de ênclise para próclise tenham se iniciado nas formas sem saliência formal (cf. *se*) [= **S0**], passando para as com saliência média (cf. *lhe(s)*) [= **S1**], e, por fim, atingindo aquelas com saliência alta (cf. *o(s) ~ no(s) ~ lo(s)/a(s) ~ na(s) ~ la(s)*) [= **S2**].

Tabela 6 – C3P por século, por saliência formal e por posição do clítico

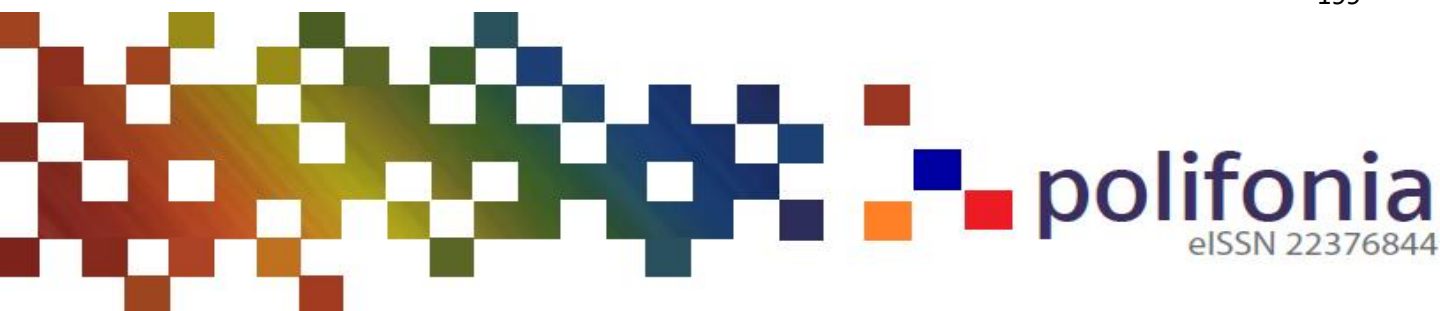
		XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
S0	P	50 (93%)	33 (72%)	66 (94%)	21 (38%)	23 (51%)	52 (85%)
	E	4 (7%)	13 (28%)	4 (6%)	35 (62%)	22 (49%)	9 (15%)
	Total	54 (100%)	46 (100%)	70 (100%)	56 (100%)	45 (100%)	61 (100%)
S1	P	14 (88%)	7 (44%)	9 (90%)	7 (50%)	4 (40%)	6 (86%)
	E	2 (12%)	9 (56%)	1 (10%)	7 (50%)	6 (60%)	1 (14%)
	Total	16 (100%)	16 (100%)	10 (100%)	14 (100%)	10 (100%)	7 (100%)
S2	P	17 (71%)	16 (73%)	8 (89%)	9 (64%)	10 (38%)	2 (15%)
	E	7 (29%)	6 (27%)	1 (11%)	5 (36%)	16 (62%)	11 (85%)
	Total	24 (100%)	22 (100%)	9 (100%)	14 (100%)	26 (100%)	13 (100%)
Total		94	84	89	84	81	81

Gráfico 2 – C3P em próclise por século e por saliência formal (%)



Considerando inicialmente o primeiro movimento de mudança (de próclise predominante para ênclise), os dados dos sécs. XVI e XVII *corroboram* a hipótese da saliência formal, pois as formas que apresentam mudança mais visível para a posição inovadora nessa transição de século (ênclise) são justamente as com menor saliência formal (S0) e (S1), como esperado. Há, contudo, um imprevisto, que é o fato de a intensidade na mudança para ênclise ter sido mais acentuada para as formas com saliência média (12% para 56% = 44 pontos percentuais) do que para aquela sem saliência (7% para 28% = 21 pontos percentuais).

Passando-se ao segundo movimento de mudança (de ênclise predominante para próclise), os dados dos sécs. XX e XXI também *corroboram* a hipótese da saliência



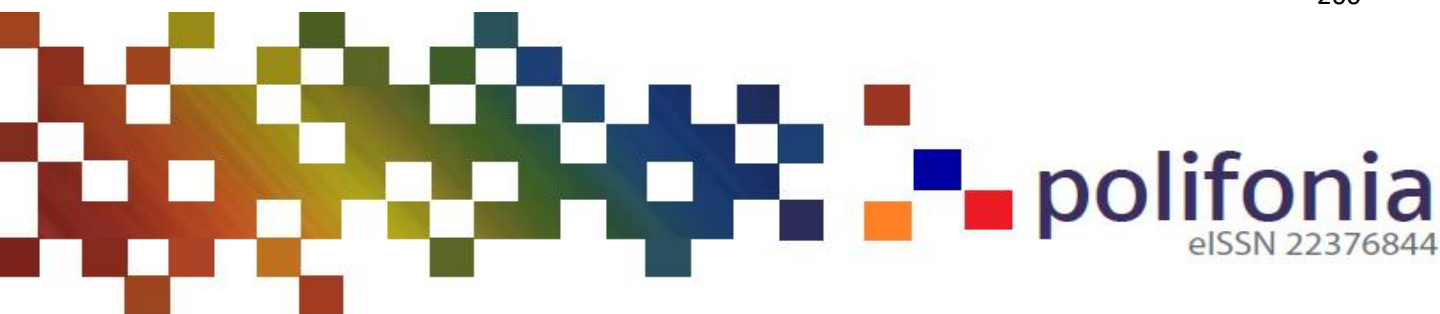
formal, pois as formas que apresentam mudança para a posição inovadora nessa transição de século (próclise), são justamente aquelas com menor saliência formal (S0) e (S1), como esperado. Embora S1 tenha apresentado novamente maior valor em termos de diferença em pontos percentuais (40% para 86% = 46 pontos percentuais) do que S0 (51% para 85% = 34 pontos percentuais), a mudança de ênclise para próclise já tinha começado entre os sécs. XIX e XX para S0, enquanto para S1 só aconteceu propriamente entre os sécs. XX e XXI. Chama a atenção o fato de as formas de S2 não acompanharem esse segundo movimento de mudança de ênclise para próclise, seguindo o curso do movimento anterior em direção à predominância de ênclise.

A despeito disso, de forma geral, comprovou-se a hipótese de que os dois movimentos de mudança na posição dos clíticos se iniciaram nas formas com menor saliência formal (S0/S1), apesar de S1 ter sido mais inovadora do que S0 no movimento de próclise para ênclise.

No conjunto dos dados, como já assinalado, há um “ponto fora da curva”, ou seja, o comportamento dos C3P no séc. XVIII. Em relação a isso, não se pode deixar de lembrar que, conforme já observado, é a partir do século XVIII que os dados deste estudo são de um autor genuinamente brasileiro. Nos dados apurados por Pagotto (1992), constata-se também um período com aumento de próclise logo após o séc. XVI, mas em época um pouco anterior, ou seja, no séc. XVII: cf. tabela 2 acima.¹²

Uma hipótese defendida por Coelho e Paula (2011, p. 126), em estudo que analisou os clíticos de forma geral em documentos adamantinos produzidos entre 1752 e 1794, é a de que o português brasileiro conservaria traços do português clássico, razão pela qual haveria frequência tão alta de próclise nesses dados do séc. XVIII (85% em documentos formais e 71% em informais). Essa hipótese foi retomada por Paula (2019, p. 90), que argumentou em favor de que “a posição assumida pelos clíticos pronominais no PB hoje não decorre de uma mudança linguística ocorrida em terras brasileiras, mas

¹² Convém lembrar que os dados da tabela 6 do presente estudo não incluem os dados de contexto com elemento de negação e de verbo em posição inicial absoluta, mas os de Pagotto (1992) os incluem.



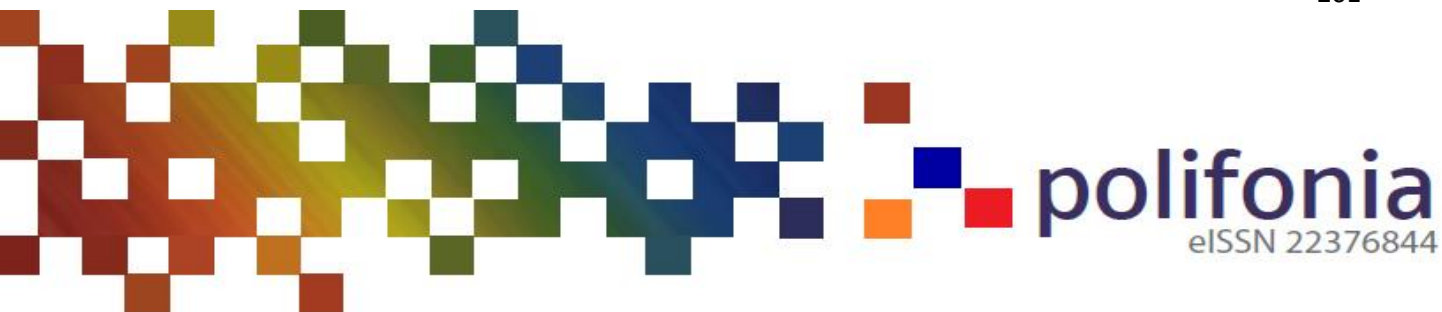
sim de uma retenção linguística que preservou no PB as características do português clássico”. Segundo a análise desenvolvida por Paula (2019), os dados revelaram que

[...] o *se* só não foi preferencialmente proclítico no PB nos séculos XIX e XX, séculos em que, conforme já havia sido mostrado por Pagotto (1998), houve uma forte influência do processo de implantação da norma culta no projeto político de nação das elites brasileiras, ou seja, a atuação de um forte fator social no sistema linguístico do PB. (PAULA, 2019, p. 91)

Embora o presente estudo não tenha como objetivo contrastar a evolução da posição dos clíticos no PB e no PE, já que o *corpus* adotado é voltado apenas para o PB, é de interesse retomar a discussão sobre a natureza conservadora da posição dos clíticos no PB.

Os dados do séc. XVIII desta pesquisa sugerem que não se trata exatamente de um caso de *manutenção de padrões do português clássico*, já que neste o comportamento do clítico *o* e suas formas flexionadas e alomórficas apresentava padrões de próclise (71%) bem menores do que os de *se* (93%), mas no séc. XVIII, os valores são muito próximos (respectivamente, 89% e 94%). Logo, há efetivamente diferença entre os padrões do português clássico e do PB setecentista. Além disso, o comportamento do clítico *o* e suas formas flexionadas e alomórficas no PB do séc. XXI é radicalmente diferente do constatado para o português clássico (com 71% de próclise neste, mas apenas 15% naquele).

Uma hipótese alternativa é a de que o PB do séc. XVIII *não apresenta manutenção dos padrões do português clássico*, mas sim *um estágio mais avançado do processo de tendência proclítica* que marca a passagem do português arcaico para o clássico. Enquanto os dados do séc. XVII, que não são de brasileiro nato, representam a tendência enclítica que teve continuidade no PE, os do séc. XVIII, que são de brasileiro nato, representam o final do processo de tendência proclítica iniciado na fase final do português arcaico. Isso significa que, no PB, o processo de tendência proclítica avançou mais do que no PE. Logo, o chamado “ponto fora da curva” significa na verdade o reflexo do que seria a posição pronominal genuinamente brasileira no séc. XVIII (mais intensamente



proclítica), diferentemente dos dados do séc. XVII, que representam a posição pronominal segundo o processo de tendência enclítica já iniciado no PE.

Aceitando-se a hipótese de que o PB foi mais adiante na tendência proclítica do que o PE, então é necessário realizar uma terceira análise em relação à questão da saliência formal. Como foi a difusão em relação à mudança ocorrida no PB entre os sécs. XVIII e XIX?

Em relação ao primeiro movimento de mudança (de tendência proclítica para enclítica) do PB, os dados dos sécs. XVIII e XIX *corroboram*, conforme demonstrado, a hipótese da saliência formal, pois as formas que apresentam mudança mais visível para a posição inovadora nessa transição de século (ênclise) são justamente as com menor saliência formal (S0) e (S1), como esperado. Conforma-se também ao previsto o fato de que a intensidade na mudança para ênclise foi mais acentuada para S0 (6% para 62% = 56 pontos percentuais) do que para S1 (10% para 50% = 40 pontos percentuais).

Passando-se à avaliação da segunda hipótese deste estudo, devem-se considerar as funções exercidas pelos C3P. Como dito antes, os C3P que fazem parte do *corpus* desta pesquisa aparecem desempenhando as seguintes funções¹³:

- (a) objeto direto não reflexivo [=D]: *o(s) ~ no(s) ~ lo(s)/a(s) ~ na(s) ~ la(s)*;
- (b) objeto indireto [=I]: *lhe(s)*;
- (c) objeto direto reflexivo [=R]: *se*;
- (d) apassivador [=A]: *se*;
- (e) partícula pronominal [=P]: *se*.

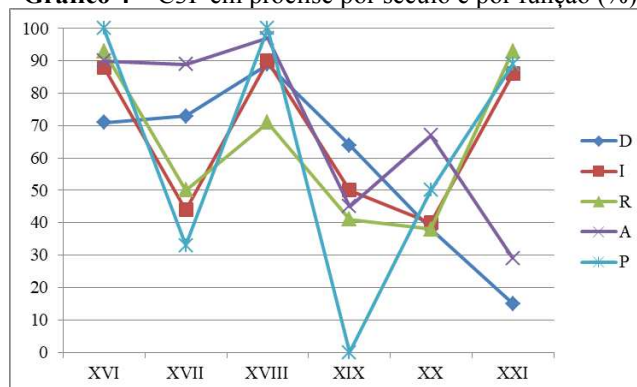
A distribuição dos dados levando-se em conta essas funções pode ser observada em pormenores na tabela 7 e no gráfico 4:

¹³ Os dados relativos às funções de adjunto adnominal e indeterminador foram eliminados do *corpus* por aparecerem de forma inconstante e não permitir, portanto, uma análise seriada.

Tabela 7 – C3P por século, por função e por posição do clítico.

		XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI
D	P	17 (71%)	16 (73%)	8 (89%)	9 (64%)	10 (38%)	2 (15%)
	E	7 (29%)	6 (27%)	1 (11%)	5 (36%)	16 (62%)	11 (85%)
	Total	24 (100%)	22 (100%)	9 (100%)	14 (100%)	26 (100%)	13 (100%)
I	P	14 (88%)	7 (44%)	9 (90%)	7 (50%)	4 (40%)	6 (86%)
	E	2 (12%)	9 (56%)	1 (10%)	7 (50%)	6 (60%)	1 (14%)
	Total	16 (100%)	16 (100%)	10 (100%)	14 (100%)	10 (100%)	7 (100%)
R	P	14 (93%)	8 (50%)	5 (71%)	12 (41%)	9 (38%)	42 (93%)
	E	1 (7%)	8 (50%)	2 (29%)	17 (59%)	13 (41%)	3 (7%)
	Total	15 (100%)	16 (100%)	7 (100%)	29 (100%)	22 (100%)	45 (100%)
A	P	27 (90%)	24 (89%)	59 (97%)	9 (45%)	10 (67%)	2 (29%)
	E	3 (10%)	3 (11%)	2 (3%)	11 (55%)	5 (33%)	5 (71%)
	Total	30 (100%)	27 (100%)	61 (100%)	20 (100%)	15 (100%)	7 (100%)
P	P	9 (100%)	1 (33%)	2 (100%)	—	4 (50%)	8 (89%)
	E	—	2 (66%)	—	7 (100%)	4 (50%)	1 (11%)
	Total	9 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	7 (100%)	8 (100%)	9 (100%)
Total		94	84	89	84	81	81

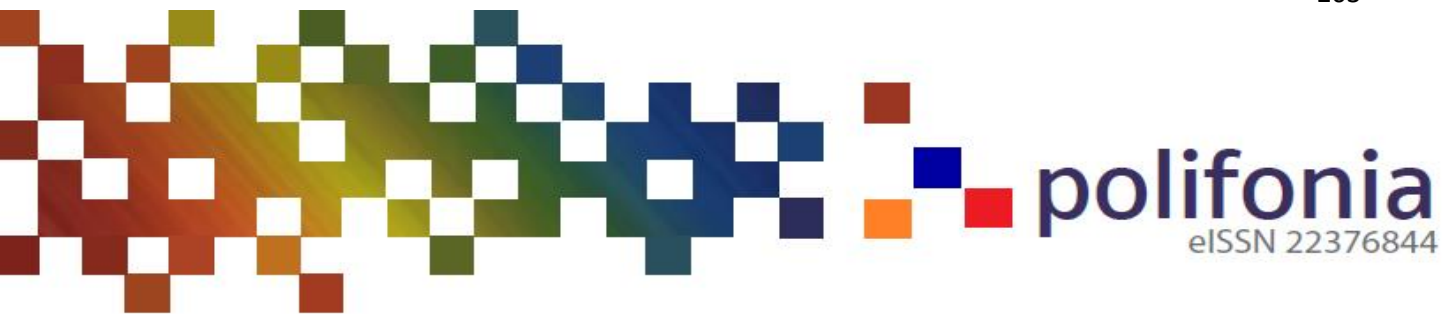
Gráfico 4 – C3P em próclise por século e por função (%)



Como argumentado na análise da saliência formal, os dados deste estudo compreendem, na verdade, três movimentos da mudança:

- sécs. XVI a XVII: tendência enclítica do PE;
- sécs. XVIII a XX: tendência enclítica do PB;
- sécs. XX a XXI: tendência proclítica do PB.

No que se refere à tendência enclítica no PE entre os sécs. XVI a XVII, a hipótese de que o processo terá se difundido da função partícula pronominal para as demais encontra evidências favoráveis nos dados desta pesquisa, pois a tendência enclítica foi



mais intensa nessa função (nenhum caso de ênclise no séc. XVI nessa função para 66% no séc XVII).

Quanto à tendência enclítica no PB entre os sécs. XVIII a XX, constata-se o mesmo, uma vez que ela foi mais intensa nessa função (nenhum caso de ênclise no séc. XVIII para 50% no séc. XX).

Por fim, no que tange à tendência proclítica do PB entre os sécs. XX a XXI, houve um comportamento relativamente semelhante entre três funções: partícula pronominal (50% de próclise para 89% = 39 pontos percentuais), objeto indireto (40% para 86% = 46 pontos percentuais) e objeto direto reflexivo (38% para 93% = 55 pontos percentuais). As funções discrepantes foram objeto direto não reflexivo (38% para 15%) e apassivador (67% para 29%), uma vez que, nessas funções, ao contrário da tendência geral, houve diminuição de próclise, e não seu aumento. A discrepância em relação ao objeto direto não reflexivo, caso em que aumentou a ênclise entre os sécs. XX e XXI, parece ser motivada pela atuação da influência da forma nominal de infinitivo: nos sécs. XX e XXI, todos os casos de objeto direto não reflexivo enclítico se vinculam a verbo no infinitivo. No séc. XIX, porém, ainda se constata caso de próclise vinculada a verbo no infinitivo.

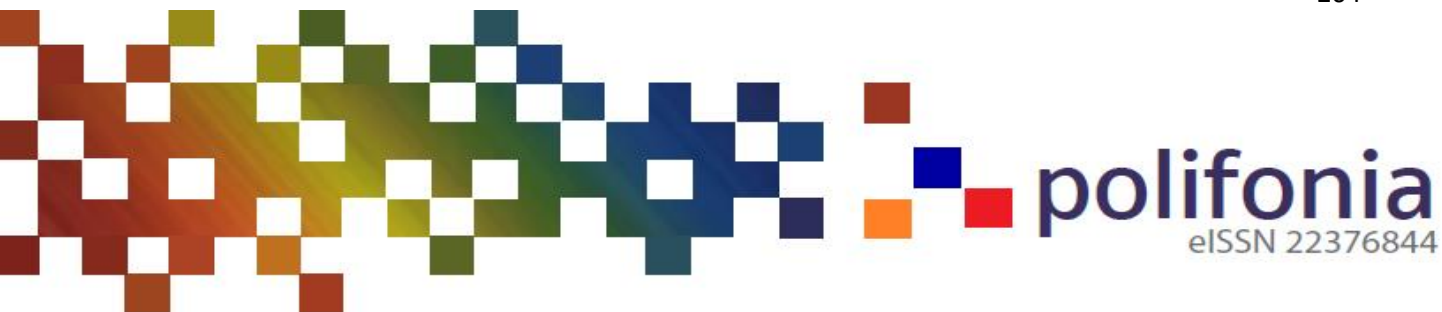
Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar os processos de mudança na posição dos clíticos de 3ª pessoa na história do português, na faixa de tempo entre os sécs. XVI e XXI.

Foram testadas duas hipóteses, que foram confirmadas: (a) as mudanças na posição dos clíticos de 3ª pessoa se iniciaram nas formas com menor saliência formal; e (b) as mudanças na posição dos clíticos de 3ª pessoa se iniciaram na função de partícula pronominal.

A análise dos dados evidenciou, no entanto, uma grande complexidade por trás dos padrões encontrados.

Primeiramente, o comportamento dos clíticos de 3ª pessoa como “ponto fora da curva” sugere que há, no *corpus*, uma descontinuidade entre os dados do séc. XVII, que refletiriam tendências próprias do PE, e os dados do séc. XVIII em diante, que refletiriam



tendências próprias do PB. Sendo assim, não se devem interpretar os dados do séc. XVIII no *corpus* como continuidade histórica dos dados do séc. XVII. A diferença que justifica essa interpretação é a de que os textos do *corpus* relativos aos sécs. XVI e XVII não foram produzidos por brasileiros natos, mas os dos sécs. XVIII a XXI o foram.

Em segundo lugar, argumentou-se que o comportamento dos clíticos de 3ª pessoa nos dados do séc. XVIII não constituem uma retenção, no PB, dos padrões do português clássico, pois há diferenças relevantes entre eles. Defendeu-se, no entanto, que os dados do *corpus* do séc. XVIII representam uma continuidade do processo de tendência proclítica iniciado ainda no período do português arcaico e que foi levado adiante mais intensamente no PB, tendo sido, no entanto, interrompido no PE, já no séc. XVII, antes de chegar no alto grau que o PB atingiu.

Em terceiro lugar, verificou-se que a saliência formal foi atuante nos processos de mudança na posição dos clíticos de 3ª pessoa no português dos sécs. XVI a XXI, tendo a mudança se difundido mais intensamente (e, por dedução, primeiramente) em formas com saliência menor, confirmando assim, de forma analógica, o que constataram Naro e Lemle (1977) em relação ao seu estudo de difusão sintática.

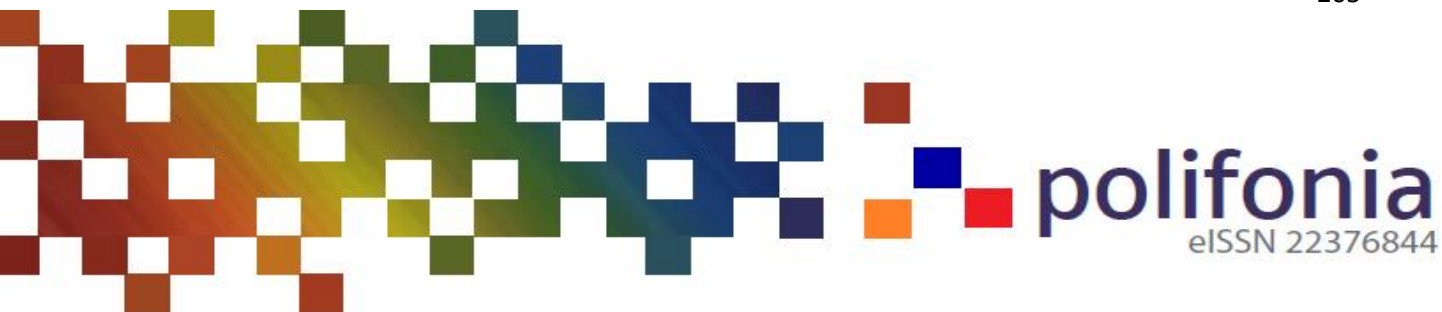
Em quarto lugar, constatou-se que a função desempenhada pelos clíticos de 3ª pessoa foi relevante no processo de difusão da mudança referida, uma vez que a mudança se difundiu mais intensamente (e, por dedução, primeiramente) na função de partícula pronominal.

Referências

ALENCAR, J. de. **Iracema**: lenda do Ceará. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

ALENCAR, J. de. **Guerra dos mascates**: chronica dos tempos coloniaes. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4670>. Acesso em: 19 jan. 2020.

ANDRADE, C. D. de. **De notícias & não notícias faz-se a crônica**: histórias, diálogos, divagações. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.



BARBOSA, D. C. **Narração dos Applausos com que o Juiz do Povo e a Casa dos Vinte-Quatro festeja a felicissima inauguração da Estatua Equestre onde tambem se expõem as Allegorias dos Carros, Figuras e tudo mais concernente ás ditas Festas.** Lisboa: Regia Officina Typografica. 1775. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/rest/bitstreams/264397/retrieve>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BARBOSA, D. C. **Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas, e Noticia do seu Melhoramento.** Lisboa: Typographia Regia Silviana. 1779. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/rest/bitstreams/264405/retrieve>. Acesso em: 19 jan. 2020. Acesso em: 19 jan. 2020.

BARREIROS, A. A collocação dos pronomes. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 2, tomo V, p. 71-83, 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/139955/per139955_1880_00005.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

CAETANO, B. **Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza.** Rio de Janeiro: Typ. de A. dos Santos, 1881. Disponível em: <https://archive.org/details/rascunhossobrea00caetgoog>. Acesso em: 30 set. 2020.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro.** 1 ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

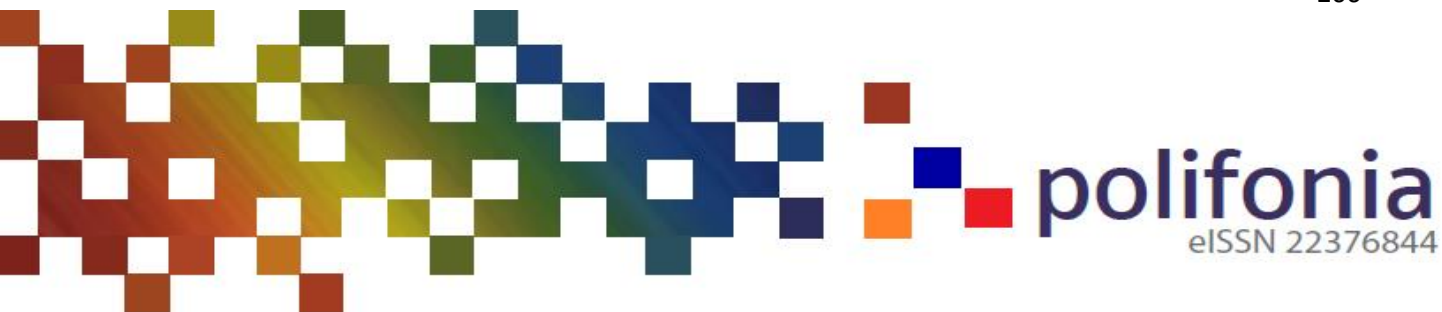
CHAGAS, M. P. Literatura brasileira – José d’Alencar. In: CHAGAS, M. P. **Novos ensaios críticos.** Porto: Casa da Viúva Moré, 1867. p. 212-224. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qqNhAAAACAAJ>. Acesso em: 30 set. 2020.

COELHO, S. M.; PAULA, T. F. de. Colocação pronominal nas Minas setecentistas. *Alpha*, Patos de Minas, v. 12, p. 112-127, 2011. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/revistaalpha/issue/view/123/Revista%20Alpha%20N%2012%202011>. Acesso em: 21 set. 2020.

DUVIVIER, G. **Put some farofa.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

GALVES, C. Ênclise e próclise: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe? *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 255-272, 1990. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/46478/30795>. Acesso em: 21 set. 2020.

GALVES, C; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in clitic placement from classical to modern european portuguese: results from the tycho brahe corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 39-67, 2005. Disponível em: <https://jpl.letras.ulisboa.pt/articles/abstract/10.5334/jpl.166>. Acesso em: 30 set. 2020.



GALVES, C.; LOBO, T. Ordem dos clíticos. In: LOBO, T., OLIVEIRA, K. (Orgs.) **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX. Salvador: Ed. da UFBA, 2009. p. 174-207. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/185>. Acesso em: 30 set. 2020.

GALVES, C.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in the position of the verb in the history of Portuguese: subject realization, clitic placement and prosody. *Language*, Baltimore, v. 93, p. 152-180, 2017.

GÂNDAVO, P. de M. **História da Província de Santa Cruz**. Lisboa: Casa de Antonio Gonçalves. 1576. Disponível em: <http://purl.pt/121>. Acesso em: 19 jan. 2020.

GURGEL, S. **O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920)**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-12012009-164534>. Acesso em: 30 set. 2020.

LIMA BARRETO, A. H. de. Diário íntimo. In: VASCONCELLOS, E. (Org.) **Prosa seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001

MARTINS, A. M. **Clíticos na história do português**. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, 1994.

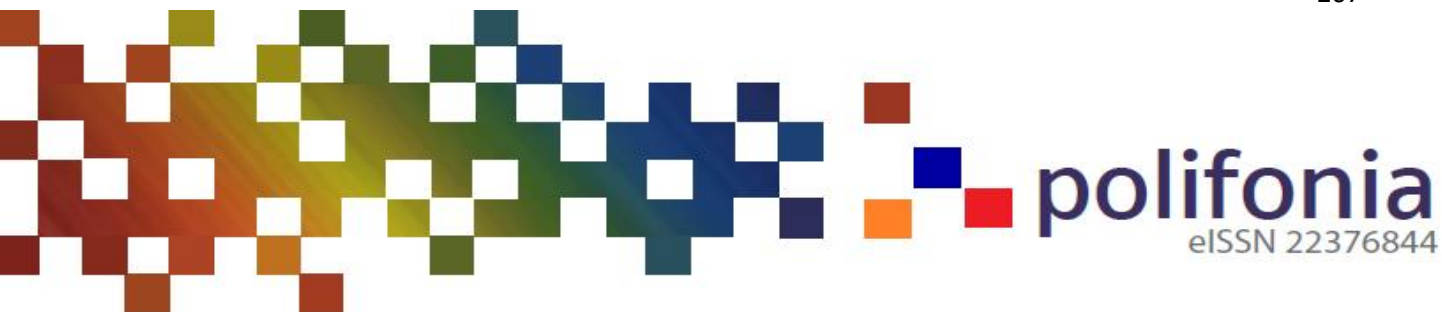
NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic Diffusion. In: STEEVER, S. B.; WALKER, C. A.; MUFWENE, S. S. (Eds.) **Papers from the Parasession on Diachronic Syntax**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1976. [Rep.: NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic Diffusion. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 259-268, 1977]

PAGOTTO, E. G. **A posição dos clíticos em português**: um estudo diacrônico. 1992. 168 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1992. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270508>. Acesso em: 30 set. 2020.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência, ciência e pureza. *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 2. p. 49-68, 1998.

PAULA, T. F. de. **A posição dos clíticos pronominais no português sob a perspectiva dos sistemas adaptativos complexos**: um estudo diacrônico. 2019. 131 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/LETR-BBWHKA>. Acesso em: 21 set. 2020.

PINTO, E. P. (Org.) **O português do Brasil**: textos críticos e teóricos, 1 - 1820/1920 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos. Ed. da USP, 1978.



SALVI, G. La sopravvivenza dela legge di Wackernagel nei dialletti occidentali dela península iberica. *Medioevo Romanzo*, Roma, v. 15, n. 2, p. 177-210, 1990.

VASCONCELLOS, S. de. **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que Obrarão seus Filhos nesta Parte do Novo Mundo**. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira. 1666. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/29575>. Acesso em: 19 jan. 2020.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. *In*: Lehmann, W. P.; Malkiel, Y. (Eds.) **Directions for historical linguistics: a symposium**. Austin: University of Texas Press, 1968.